

## INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DA CGTP-IN

Camaradas, amigas e amigos,

Saudamos todos os que fazem desta Manifestação um momento alto da convergência da luta e uma torrente de esperança e confiança da força do trabalho pela valorização dos trabalhadores e dos seus direitos, por um Portugal de futuro, de progresso e justiça social.

Saudamos as mulheres e homens trabalhadores, que resistem e não desistem do direito a uma vida melhor; os jovens, que lutam pela estabilidade e segurança no emprego, para organizar as suas vidas, viverem e serem felizes no seu país; os desempregados que não abdicam do direito fundamental ao trabalho e ao trabalho com direitos; os reformados e pensionistas, que depois de uma vida de trabalho, exigem ser tratados com respeito e a dignidade que merecem.

Saudamos os trabalhadores que hoje estão em greve e todos os que nos trazem a esta Manifestação os problemas com que são confrontados pelo patronato e os resultados de uma luta que, desencadeada nas empresas e serviços, se articula e converge nos tempos que correm, com a exigência da ruptura com os eixos estruturantes da política de direita e a necessidade imperiosa da concretização de uma política de esquerda e soberana.

Saimos à rua e lutamos porque a luta é o motor do desenvolvimento, porque não pactuamos com a política laboral do Governo do PS que, apresentando-se como de esquerda, acaba de fazer um Acordo com as confederações patronais e a UGT na concertação social, que os partidos da direita não se importariam de subscrever, e que por isso mesmo já recebeu os mais rasgados elogios do PSD.

Os partidos da direita e o grande patronato, que antes recusavam qualquer alteração da legislação laboral, são os mesmos que agora rejubilam com algo que pensavam não ser possível de concretizar mas que lhes foi oferecido por um Governo que, com as eleições como pano de fundo, se afasta cada vez mais dos trabalhadores e se aproxima dos que estiveram associados ao memorando da *troika* e à política que promoveu a recessão económica, aumentou a exploração, as desigualdades e a pobreza laboral.

O Governo que há duas semanas dizia defender a segurança no emprego, melhores salários, a articulação dos horários de trabalho com a vida pessoal e familiar e o regresso dos jovens que emigraram, é o mesmo que agora apresenta uma proposta de lei na Assembleia da República que contraria o que prometeu, para manter a política laboral de direita, que acentua desequilíbrios na repartição da riqueza, perpetua a precariedade, ataca a contratação colectiva e reduz os direitos e rendimentos dos trabalhadores.

Por mais forte que seja a operação de maquilhagem e a propaganda usada pelo Governo do PS, o país não se desenvolve quando se pretende condenar os jovens à procura do primeiro emprego e os desempregados de longa duração a um período experimental de seis meses e a ficarem reféns do patronato, que os pode despedir sem fundamentação e sem qualquer tipo de compensação.

Ou quando se estimulam as “praças de jorna” do século XXI com a generalização dos contratos de muito curta duração a todos os sectores de actividade, que permitiria ao patronato contratar hoje para despedir amanhã e tratar os trabalhadores como meros objectos descartáveis, numa linha de retrocesso social e civilizacional inadmissível, que devia envergonhar quem apoia este tipo de propostas.

Para a CGTP-IN, o combate sério à precariedade passa pela efectivação do princípio que a um posto de trabalho permanente corresponde um vínculo efectivo e não pelo suposto pagamento pelos patrões de uma taxinha para a Segurança Social dos que, eventualmente, tenham níveis de precariedade superiores à média sectorial, que anda na ordem dos 30 a 60% e que até pode ser paga em prestações. Este é mais um exemplo de que o Governo não está interessado em resolver o problema da precariedade, mas antes em colaborar com o patronato mais retrógrado para salvar o modelo de baixos salários e trabalho precário e assegurar o aumento dos lucros das empresas à custa da exploração, da instabilidade e

insegurança dos trabalhadores e das suas famílias, mesmo que medidas, como o alargamento do período experimental, colidam com o Acórdão proferido pelo Tribunal Constitucional, em 2008, sobre esta mesma matéria.

O que saiu da CPCS foi um pacote desenhado à medida dos interesses das associações patronais que ficariam com a possibilidade de escolher a convenção colectiva que melhor sirva os seus interesses o que, associado à manutenção da norma da caducidade, revela a verdadeira natureza da concepção laboral do Governo do PS, relativamente à contratação colectiva e a sua submissão aos interesses do grande patronato.

Um processo ainda mais escandaloso, não só pela hipocrisia e o cinismo que lhe está subjacente, mas também porque num quadro em que a economia está a crescer e a generalidade dos sectores e empresas a acumular lucros, o Governo, com o denominado banco de horas grupal, pretende oferecer ao patronato mais 150 horas anuais de trabalho gratuito, confirmando a linha de redução de retribuição, nomeadamente pela via do não pagamento de trabalho suplementar.

Estas são, entre outras, razões que justificam não só o combate como a rejeição de uma proposta de lei que exige a unidade na acção e a mobilização geral de todos os homens e mulheres, pela defesa dos direitos fundamentais e a valorização dos trabalhadores.

Uma mobilização que adquire ainda mais importância, num quadro em que se mantém a injustiça na distribuição da riqueza e em que os trabalhadores auferem salários 8% inferiores aos que recebiam em 2010.

Uma luta que importa prosseguir e intensificar, considerando que a ofensiva em curso contra a segurança no emprego e os rendimentos dos trabalhadores constitui um problema de todos os sectores, pois se há coisa que os tempos recentes demonstram, é que sempre que são postos em causa os direitos de uns, rapidamente são questionados os direitos de todos. Há, pois, que unir esforços e vontades contra os que querem dividir para reinar, para continuar a explorar

Sem emprego estável, sem autonomia económica, sem condições para pagar a habitação, os que dependem da venda da sua força de trabalho para viver nunca terão condições para planificar a sua vida, para efectivar o direito a ter filhos. Quando se intensificam os ritmos de trabalho ou se desregulam os horários, é a liberdade e o direito à maternidade e paternidade que é posto em causa. Cada minuto a mais do horário de trabalho que o trabalhador passa na empresa, é um minuto que é roubado ao direito das crianças estarem com os seus pais. A precariedade não só impede o desenvolvimento da natalidade, como condiciona o exercício dos direitos de parentalidade. O tempo, para além do horário de trabalho dos pais trabalhadores, é dos seus filhos e não dos patrões.

Por isso, não basta dizer que se reduz o limite de renovações dos contratos a prazo. É preciso acabar com o escândalo de muitos trabalhadores, como os jovens, não conhecerem outro vínculo que não seja o precário, em que passam uma vida a serem despedidos hoje, para serem contratados amanhã, com um novo vínculo precário para ocupar o mesmo posto de trabalho permanente, cumprir o mesmo horário e exercer as mesmas funções.

É preciso acabar com a situação vergonhosa das empresas, nomeadamente dos Centros de Contacto, da logística e outras que recorrem à contratação de empresas de trabalho temporário para prestar serviços de carácter permanente, com trabalhadores com vínculos precários e baixos salários. É preciso que se faça justiça e que estes trabalhadores passem ao quadro de efectivos das empresas utilizadoras e sejam abrangidos pelos salários e a contratação colectiva aí aplicada.

É preciso que, para a natalidade aumentar, se assegure a estabilidade e segurança no emprego, se melhorem os salários e se garantam horários de trabalho humanizados, que possibilitem a articulação com a vida pessoal e familiar.

É preciso dinamizar a contratação colectiva e promover o aumento geral dos salários, o que passa necessariamente pela revogação da norma da caducidade, a reposição do princípio do tratamento mais favorável e uma mais justa distribuição da riqueza produzida por aqueles que são os grandes obreiros da sua criação e ampliação: os trabalhadores.

Estas são propostas estruturantes que rompem com a política do passado e abrem horizontes de justiça social a um povo que deseja, exige e merece ver melhorada a sua qualidade de vida, no quadro de um país desenvolvido e soberano.

O país nunca se desenvolverá de forma sustentada enquanto continuarem a ser negados serviços públicos de qualidade, enquanto a Escola Pública estiver sujeita a pressões e chantagens aos seus trabalhadores, o SNS se debater com restrições orçamentais e falta de profissionais, a protecção social for insuficiente e continue a deixar sem protecção mais de 40% dos desempregados, enquanto para a Cultura não for afectada uma verba de pelo menos 1% do OE.

A resposta às necessidades e anseios da população passa, necessariamente, pelo investimento, requalificação e alargamento da resposta pública. É necessário respeitar e ressarcir os trabalhadores do Estado, credores de anos e anos de congelamentos, assalto aos seus rendimentos e violação dos seus contratos.

É indispensável que o Governo no próximo Orçamento do Estado valorize os trabalhadores, dê expressão à negociação e actualização dos salários, ao investimento nos serviços públicos para inverter o estado de degradação que décadas de política de direita os condenaram, que preveja as medidas políticas e os meios financeiros para a coesão territorial e social.

Neste quadro, é inadmissível que o Governo afirme que não há dinheiro, quando ele nunca falta para acudir à banca privada ou para pagar as rendas das PPP's e os milhares de milhões contabilizados e sem cativações, que voam dos nossos bolsos para o *off-shore* do accionista.

A questão de fundo não é a falta de dinheiro, mas as opções do Governo relativamente à forma como o dinheiro é utilizado.

O que falta é vontade política do Governo para taxar os lucros fabulosos das empresas do PSI20, como a EDP e outras, para impedir o conluio e cartelização das gasolineras, para acabar com os benefícios fiscais dos grupos económicos, para renegociar a dívida pública que é insustentável e que nos rouba milhares de milhões de euros, que tanta falta fazem para satisfazer as mais básicas necessidades dos trabalhadores, do povo e do país.

O que falta é cumprir os compromissos assumidos e inscritos no OE no caso dos professores e do seu tempo de serviço.

O que falta é dignificar e respeitar as reivindicações dos enfermeiros e dos médicos e atrair mais profissionais para o SNS, responder aos problemas dos funcionários da justiça, das autarquias locais, dos assistentes técnicos e operacionais em todas as áreas, dando o Estado o bom exemplo a toda a economia, pondo fim à precariedade e ao congelamento dos salários, para empreender uma política de valorização do trabalho e dos trabalhadores, condição central para garantir mais e melhores serviços públicos às populações.

O Governo tem de optar, entre defender a soberania e os interesses nacionais, ou continuar amarrado ao défice e às restrições orçamentais impostas por Bruxelas, à política ditada pela U.E. e aos constrangimentos de continuar preso a uma moeda que serve a Alemanha, mas hipoteca o futuro do país.

O próximo Orçamento da U.E. é um espelho das prioridades, objectivos das suas opções de classe. Reduzem os fundos da PAC e os fundos da coesão num quadro em que se acentuam as divergências e as assimetrias entre e dentro dos países, mas aumentam as verbas para a acção militar e a repressão nas fronteiras. Longe vão os tempos em que proclamava a solidariedade entre os povos, confirmando-se agora a verdadeira natureza que desde o início marca esta U.E., do capital, com o capital, para o capital, à custa dos povos, à custa do desenvolvimento de países como Portugal, à custa da própria democracia, como atestam as práticas de governos em cada vez mais Estados-membros.

Esta é uma dinâmica que esmaga liberdades, nega o futuro, semeia ódios e que urge inverter com a luta em cada país alicerçada no espírito internacionalista que marca a solidariedade entre trabalhadores e do qual nos orgulhamos de ser portadores.

Uma luta que continuamos no nosso país, por mais condicionamentos e limitações que coloquem ao exercício dos direitos e liberdades de organização e intervenção sindical, incluindo o direito à greve. Por mais que o patronato persista, não vamos abdicar de lutar para que os direitos, liberdades e garantias sejam exercidos pelos trabalhadores nas empresas e serviços.

A CGTP-IN continuará a estar lá, ao lado dos trabalhadores, a lutar pela efectivação dos seus direitos individuais e colectivos.

Saudamos, por isso, todos os trabalhadores dos sectores público e privado que estão e perspectivam entrar em luta, homens e mulheres que dão vida, força e vitalidade à CGTP-IN, projecto sindical que corporiza as suas raízes, natureza de classe, objectivos e a acção e intervenção para os atingir e que se constitui como um dos mais poderosos instrumentos ao serviço dos trabalhadores, da sua emancipação e da edificação de um país democrático, desenvolvido e soberano.

Lutamos, exigimos e combatemos pelas nossas convicções, pelos nossos direitos porque, para a CGTP-IN o país não está condenado nem ao que lá de fora nos impõem, nem ao que cá dentro Governo e patronato acordam para condicionar o nosso futuro.

Por isso, exortamos todos os trabalhadores e a população em geral a contestar e rejeitar as matérias gravosas da proposta de lei que o Governo, o patronato e a direita pretendem impor contra os trabalhadores, o povo e o desenvolvimento económico e social do país.

Este é o momento de intensificar as acções de luta, em todos os sectores de actividade. Vamos unir forças, juntar vontades, aprovar pareceres nos locais de trabalho a repudiar esta proposta de lei. Uma luta que anda lado a lado com o reforço da sindicalização nos sindicatos da CGTP-IN. Mais união, maior sindicalização, mais delegados sindicais, são condições fundamentais para travar e ganhar as batalhas que se avizinham.

Esta é uma luta que justifica e exige a participação de todos, mulheres e homens trabalhadores dos sectores privado e público, de todas as idades, com vínculo efectivo e precário, sindicalizados ou não, com diferentes opções e simpatias partidárias. Uma luta que reclama o reforço da unidade na acção e o envolvimento activo dos jovens, dos desempregados e dos reformados e pensionistas. Uma luta que é de todas as gerações que não desistem de lutar pela defesa da sua dignidade, por uma vida melhor no presente e a construção de um futuro com direitos para as novas gerações.

**Uma luta que convoca todos os que defendem os valores de Abril a participar na Concentração que a CGTP-IN hoje convoca para o dia 6 de Julho, na Assembleia da República**, contra as medidas gravosas da revisão da legislação laboral, apresentada pelo Governo do PS, pelo aumento geral dos salários e a fixação do SMN em 650€, em Janeiro do próximo ano, pela segurança no emprego, as 35 horas para todos, a valorização das carreiras profissionais, a melhoria das pensões de reforma e dos apoios sociais, pela reposição dos 65 anos como idade limite da reforma e o acesso, sem penalização, após os 40 anos de contribuições para a Segurança Social, por mais e melhores serviços públicos, pela valorização dos trabalhadores, por um Portugal de futuro, de progresso e justiça social!

VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES!

VIVA A CGTP-IN!

A LUTA CONTINUA!

Lisboa, 9 de Junho de 2018